



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

PROJETO DE PESQUISA

DIREITOS E VIOLÊNCIA NA ESCOLA

RESPONSÁVEL

Odair Sass

EMENTA:

O sistema social que faz do progresso a sua condição essencial não foi, desde a acumulação originária até hoje, alcançado por meio de um processo histórico idílico, ao contrário, seu fundamento está na violência e suas múltiplas formas, tais como, o saque, o botim, o roubo, as expropriações, os assassinatos, pareadas à implementação de regulamentos, leis e normas, formalizadas pelo direito; ele mesmo uma expressão da ideologia da racionalidade tecnológica na medida em que sob sua lógica converteu a propriedade privada, um resultado histórico tardio, em um atributo natural como se ele tivesse nascido com o homem. A persistência da violência na sociedade administrada, para não dizer seu recrudescimento sobre tabus e interdições que inviabilizariam a espécie humana, a exemplo dos crimes sexuais de incesto, e as formas sutis ou explícitas com que prospera, é acompanhada das tentativas regulamentares que se multiplicam aos borbotões, com o intuito de legislá-las ou contê-las, sem obter o sucesso que preconizam. A generalização da violência, sinteticamente traçada, atinge de maneira específica, a escola bem como as relações sociais que ali se estabelecem. Desde as depredações físicas e a destruição de patrimônio, até os reiterados assassinatos de grupos de alunos, professores e funcionários, além das formas explícitas ou veladas de violência tais como o bullying, a segregação, a discriminação e os assédios contras as crianças e jovens, evidenciam que a escola passou a ser uma instituição destacada para as ações



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

PUC-SP

violentas. A par disso, é imprescindível observar a luta a favor de uma educação para todos; lutas que incidem sobre o direito de todos e de cada um à educação. É notável também que a tendência legisladora que visa a regulamentação de praticamente todas as atividades sociais segue a diversificação crescente do direito, cada vez mais específico conforme a fragmentação dos objetos sobre os quais se faz incidir. A luta pelo direito à educação, no entanto, não é acompanhada, na educação, na mesma proporção que os outros tantos direitos sociais. Se, na sociedade administrada, violência e direitos são objetos indissociáveis, uma vez que os últimos tendem a surgir para conter a primeira, e, por vezes e não raro, a gera, então, é mais do que justificável delimitar a relação entre ambos, preservadas as especificidades de cada um, como objeto de estudo. Essa proposição pretende fundamentar o projeto temático detalhado adiante, tendo como subprojetos de referência, os seguintes projetos de pesquisa: I) “Violência escolar: discriminação, bullying e responsabilidade”, de José Leon Crochik (USP) e II) “Educação, direito e consciência social: estudo sobre os direitos sociais e a educação escolar, sob a óptica do professor”, de Odair Sass (PUCSP). Duas características são destacáveis desses dois projetos. Uma é relativa ao fato de compartilharem da teoria crítica da sociedade como referência comum. Outra, incide sobre os desdobramentos que ambos possibilitam articular como temas sociais específicos e ao mesmo tempo mais abrangentes que são aqui entendidos como mediações imanentes do sistema social vigente. Dessa dupla característica é ainda importante apontar, levando em conta que os dois projetos envolvem a pesquisa social empírica, com objetivos, sujeitos, amostra de escolas distintas e instrumentos de coleta de dados específicos, os limites dos desdobramentos acima mencionados, com o intuito de evitar tanto a redução funcional que considera temáticas as pesquisas que aplicam em variada circunstância, de tempo e lugar, os mesmos instrumentos de pesquisa, ou, a generalização



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

PUC-SP

inadequada que considera suficiente para qualificar como temática as pesquisas que evidenciam o compartilhamento genérico da referência teórica ou dos conceitos principais sobre os quais incidem. De acordo com esse entendimento, poderão ser ajustados às particularidades institucionais, locais e regionais, os instrumentos de pesquisa, os sujeitos selecionados, preservados, os conceitos básicos que fundamentam os dois subprojetos, os seus instrumentos e os problemas sociais sobre os quais incidem: direito e violência na escola. Desse modo, visa-se a potencializar a sinergia entre os dois projetos de referência. Considerando o tempo delimitado para a consecução deste projeto temático (quatro anos), os seguintes temas, com as respectivas justificativas, foram selecionados para serem desenvolvidos em seminários de pesquisa anuais: A. Teoria Crítica da Sociedade e Psicologia Social Escolar Considerando a escola como uma instituição mediadora da relação entre indivíduo e sociedade, e não apenas como local de convívio entre pessoas, ela mesma deve ser tratada como objeto de estudo à medida que expressa tanto quanto possa se contrapor a totalidade. Por isso, a escola é aqui entendida como instituição que mantém uma autonomia relativa, apesar do avanço da racionalidade técnica-administrativa, que torna todas instituições muito similares quanto à sua forma de se organizar para o cumprimento eficiente de seus objetivos. Assim, uma Psicologia Social Escolar, marcada pelo objetivo de entender a formação social e psíquica dos indivíduos, deve considerar especificamente essa instituição, quanto ao seu papel privilegiado nessa formação; não se trata de mais uma fragmentação, como as criticadas anteriormente, mas, de uma especificação que, tendo a teoria crítica presente, não perde de vista a necessidade da busca da mediação social em todos os objetos que investiga. O primeiro seminário discute esse tema por meio dos dados parciais coletados e analisa luta pelos direitos e contra a violência existente na escola como fruto da mediação social presente diretamente na escola e indiretamente na formação extraescolar dos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

PUC-SP

indivíduos. B. Pesquisas na escola: conhecimento e intervenção social Se a escola deve ser defendida como uma instituição mediadora, que mantém alguma autonomia em relação à totalidade social, como se disse anteriormente, a ciência é outra das instituições que não devem perder essa relativa independência; dessa forma, não se deve compreender que os conhecimentos obtidos na escola devam ser imediatamente utilizados; a relação entre ciência e práxis não deve ser imediata e esta não pode alterar ou dificultar o trabalho de investigação científica. A relativa autonomia da pesquisa, como sustentada acima, exige que os limites das técnicas utilizadas na investigação científica também devem ser pensadas com o fito de se obter maior precisão dos dados coligidos. Discussões sobre aquilo que cada uma das técnicas utilizadas – entrevistas, sociogramas, escalas, questionários – efetivamente podem captar são fundamentais, não somente para o aprimoramento desses instrumentos, mas, principalmente, para o contraste entre o que eles permitem apreender e o que do objeto não se deixa captar de forma imediata. Assim, não se deve confundir ‘dados de superfície’ com ‘análise superficial’: os chamados dados de superfície – tais como os oriundos de opiniões – podem ter uma análise teórica aprofundada; de outro lado, dados de ‘camadas mais profundas da personalidade’, tais como os coligidos por testes projetivos, podem ter uma análise superficial. O objetivo do seminário sobre esse tema é distinguir, por meio dos dados coligidos, o que há de distinto entre as necessidades institucionais das descobertas empíricas, evitando reduzir essas últimas às primeiras e os limites presentes nas técnicas utilizadas e na análise teórica dirigida a eles. C. Democracia, violência escolar e responsabilidade O tema desse terceiro seminário visa pensar as contradições presentes na expressão ‘escola democrática’, sobretudo na relação entre os educadores e alunos, discutindo a questão da autoridade. Se não há que se defender a cega obediência dos alunos à autoridade escolar incontestada, também não cabe



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

PUC-SP

igualar educadores e alunos quanto ao seu papel na escola, permitindo ao aluno optar pelo que aprender, como aprender e ser avaliado. A ideia de autonomia, que é inseparável da atribuição de responsabilidade de alguém pelos seus atos, não é a de que ela seja 'apriorística', antes, ela se desenvolve como fruto da educação. Em decorrência desse entendimento, a questão da democracia escolar se apresenta necessariamente como contraditória. A violência escolar, por sua vez, será analisada, de um lado, pela dependência dos alunos à autoridade, que se expressa quer pela afirmação exagerada dessa autoridade, quer por sua negação absoluta, e pela estrutura hierárquica da escola que tenta se contrapor a outra hierarquia, essa representada pela adaptação ao poder pela força; essa última hierarquia, por si só, conforme Adorno (1995), é propícia ao fascismo e contrária à democracia. D. Direitos, consciência social e educação A luta pela consolidação da democracia que não pode prescindir dos direitos e da reflexão sobre a relação entre eles e a estrutura social será o tema do quarto e último seminário. A educação, caso se pense emancipatória, deve ser dirigida à possibilidade da constatação das contradições sociais, que são reais e não erros lógicos do pensamento, e deve formar indivíduos que com consciência dessas contradições sejam efetivamente cidadãos, pois, não há cidadão sem indivíduo, e este só surge por meio da formação, em relação à qual, a educação escolar desempenha um papel fundamental. O direito a uma educação escolar substancial também deve prever a existência da crítica a suas falhas e lacunas, que por serem objetivas, deve ser dirigida também à sociedade. A ausência desse direito a uma educação digna do nome, por si só, configura-se em violência social.